

COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ

Estudo Técnico Preliminar 42/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64279.018411/2026-11

2. Descrição da necessidade**Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios: Quantitativo de Subsistência (QS)**

A contratação desejada visa suprir as necessidades de consumo das Organizações Militares (OM), no âmbito da 1ª Região Militar evitando o desabastecimento.

A aquisição do objeto que se deseja adquirir é regulada no âmbito do Exército Brasileiro (EB) pelo art. 12 da Portaria nº 01 – SEF. Com fundamento na supracitada portaria, o Boletim Técnico Quantitativo de Subsistência (BT 30.416-01), o qual regulamenta que os Comandos de RM/Gpt Log devem realizar os pregões de forma centralizada, para todas as OM sob sua jurisdição.

As RM/OM devem promover um meticuloso estudo dos artigos e das quantidades a serem adquiridas, empregando a descrição mais detalhada possível, a fim de obter um melhor aproveitamento do crédito orçamentário disponível.

Os principais fatores que justificam a abertura do presente processo licitatório pelo Comando da 1ª Região Militar (Cmdo 1ª RM) são:

- Atender às necessidades dos Serviços de Aprovisionamento para os itens do **Quantitativo de Subsistência (QS)**, destinados ao preparo das refeições diárias da tropa, alimentação em adestramento de recrutas e alimentação da guarnição de serviço.
- Cumprir determinação da Chefia de Suprimento, contida no BT 30.416-01 – 7ª Edição de 2025.
- Atender ao Plano de Contratações Anual por meio de eficiente gestão dos recursos públicos, ao buscar para esta Administração a proposta de preços de QS mais vantajosa tanto em termos econômicos quanto de qualidade do material ofertado.

As regiões militares são grandes comandos territoriais, constituídos de um comando e de organizações militares de natureza variável nos termos do § 1o, art. 11 do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG).

O Comando da 1ª Região Militar (Cmdo 1ª RM) atua como parte integrante do Comando Militar do Leste, tendo como uma de suas principais missões executar em tempos de paz as atividades administrativas referentes à pessoal. Nesta toada, o Cmdo 1ª RM é responsável pela realização de pregões de Gêneros Alimentícios de forma centralizada, para todas as OM localizadas em sua sede.

O Cmdo 1ª RM tem como área de responsabilidade os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Sua missão, contida no art. 3º de seu Plano de Gestão Organizacional, prevê:

Proporcionar à vertente humana do Exército Brasileiro, em sua área de responsabilidade, as melhores condições para o desenvolvimento pessoal e para atingir elevados níveis de bem-estar.

Regulamentar, fiscalizar e autorizar as atividades de pessoas físicas e jurídicas referentes ao trabalho com produtos controlados, no âmbito da 1ª Região Militar, com a finalidade de aprimorar a mobilização industrial, a qualidade da produção nacional e salvaguardar os interesses nacionais nas áreas econômicas, da defesa militar, da ordem interna e da segurança e tranquilidade públicas.

Coordenar o apoio logístico ao preparo e emprego da Força Terrestre na área da 1ª Região Militar.”

Alinhado ao Objetivo Organizacional OO-01 - Aprimorar a capacidade de apoio operacional no âmbito da 1a RM; Estratégia 1RM-001-FCS007 - Nível de disponibilidade de recursos logísticos, o Comando da 1ª Região Militar necessita adquirir o objeto constante nesse processo licitatório para suprir as necessidades no âmbito deste Grande Comando.

O Comando da 1ª Região Militar é um Grande Comando Territorial responsável por atender as demandas de aquisição estabelecidas pelos Órgãos de Direção Setorial (ODS) que, por sua finalidade precípua, consolida as informações prestadas pelo Órgão Provedor de vinculação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Escalão Logístico	Cel Marco Aurélio Küster de Paula

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A pretendida aquisição envolve bens considerados comuns por possuírem padrão de qualidade definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado nos termos do art. 6, XIII, da Lei 14.133/2021.

As descrições detalhadas dos itens demandados estão presentes no Termo de Referência.

5. Requisitos para julgamento da proposta

A título de contextualização torna-se imprescindível elucidar que de forma recorrente, nos pregões eletrônicos conduzidos pelo Comando da 1ª Região Militar, destinados a aquisição de Gêneros Alimentícios de Quantitativo de Subsistência – QS, são realizadas solicitações de reequilíbrio de preço poucos meses após homologação do certame. Em consequência, este Grande Comando, com a aprovação da Consultoria Jurídica da União (CJU), emprega os mecanismos legais pertinentes para mitigar tal situação fática.

Visando à comprovação da exequibilidade da proposta de preço que vigorará durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e de acordo com o estabelecido pelos Acórdãos 2.143/2013 – Plenário, 1.092/2010-Segunda Câmara TCU, 559/2009 - Primeira Câmara, 1248/2009-Plenário e 287/2008-Plenário TCU e ainda por analogia ao previsto na alínea h, do item 9.4, do Anexo VII-A, da IN no 05/2017, será solicitado o preenchimento da Planilha de Composição de Custos elaborada e assinada pelo Representante Legal, a fim de comprovar a consolidação da composição de todos os custos até o Preço Final do item, acrescido dos respectivos encargos. Na hipótese de, ainda assim, restarem dúvidas sobre a exequibilidade dos preços propostos, poderão ser solicitados documentos hábeis, legítimos e indubitáveis para comprovação dos preços, que serão avaliados caso a caso, tais como: cópias de notas fiscais dos respectivos produtos ADQUIRIDOS PELA LICITANTE, emitidas nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do presente certame e /ou cópias de contratos anteriores ou em curso com o mesmo objeto da licitação, junto a outros órgãos /entidades públicas.

Sobre os critérios de sustentabilidade, o licitante deverá apresentar o Comprovante de Registro do fabricante do produto ofertado no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de Recursos Ambientas para os itens que se enquadram no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021.

O produto ofertado pelo licitante deverá estar com o Certificado de Regularidade (CR) do Fabricante/Indústria do produto ofertado no CTF.

Serão solicitados catálogos, folhetos ou propostas que contenham as características do material ofertado, como por exemplo, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência.

O Escalão Logístico do Cmdo 1ª RM se manifestou por meio do DIEX Simplificado nº 3186-SeçOpSup/EscLog/Comdo 1ª RM a cerca da necessidade, pertinência e adequação das exigências a serem previstas na fase de julgamento da proposta deste certame. A equipe técnica do referido escalão se pronunciou no seguinte sentido:

i. Certificados de Qualidade e Laudos Técnicos: A equipe técnica entende que a exigência de certificados e laudos técnicos é essencial para evitar a aquisição de produtos em desacordo com os Boletins Técnicos do Quantitativo de Subsistência (QS). Essa comprovação documental visa proteger a Administração contra riscos de procedência e qualidade, além de beneficiar o próprio fornecedor que, ao comprovar previamente as características do objeto, reduz as chances de desaprovação e prejuízos na fase de entrega. Legalmente, a exigência baseia-se no Art. 42, II, da Lei nº 14.133/2021, que validam o uso de certificações para garantir o desempenho e a segurança do objeto sem restringir a competitividade. Para assegurar a ampla disputa, a área técnica entende que tais documentos devem ser exigidos dos licitantes apenas no momento da aceitação da proposta, servindo como um filtro básico de qualidade que garante uma contratação vantajosa e segura para a Administração;

ii. Apresentação de amostras: A equipe técnica entende que a apresentação de amostras na fase externa da licitação, pode gerar morosidade processual e custos logísticos elevados sem um ganho proporcional na seleção da proposta. A título de exemplificação, cita-se que, no último certame, o item café foi adjudicado para o licitante classificado além da 30ª posição da fase de lances. Além disso, a apresentação de amostras nessa fase da contratação pode gerar constestações dos laudos emitidos pelo Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia do Exército Brasileiro (LIAB), que levarão o Pregoreiro e a Autoridade Competente a terem que deliberar e decidirem a lide. Em substituição, a apresentação de laudos técnicos e certificados de qualidade, passíveis de verificação de veracidade, mostra-se uma alternativa mais célere para comprovar que o objeto ofertado atende às exigências dos Boletins Técnicos, conferindo fluidez e competitividade ao certame, conforme os princípios da eficiência, eficácia e da celeridade previstos no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A segurança da Administração é reforçada pela atuação complementar entre as fases de seleção e de execução: enquanto os certificados atestam a conformidade técnica prévia do objeto, a análise laboratorial realizada pelo LIAB no ato do recebimento atua como o controle definitivo de qualidade física do produto. Esse entendimento está alinhado ao Art. 41 da Lei Licitações e Contratos, que faculta a exigência de amostras apenas quando estritamente necessária, permitindo que a verificação detalhada ocorra durante a fiscalização contratual, sem criar entraves burocráticos desnecessários na fase de escolha do fornecedor.

iii. Apresentação de Alvará Sanitário para Intermediários: A equipe técnica avalia de forma favorável a inclusão do Alvará Sanitário ou documentos equivalentes como requisito para participação da empresa, visto que o documento sinaliza que o intermediário possui condições adequadas de armazenamento e transporte para preservar a integridade dos alimentos. A exigência visa assegurar o controle sanitário da cadeia de suprimentos, mitigando riscos desde a origem até a entrega final do objeto. A fundamentação legal para tal exigência repousa no Art. 67, IV, da Lei nº 14.133/2021, que permite a solicitação de prova de atendimento a requisitos previstos em lei especial para a habilitação técnica. Assim, a inclusão deste item no edital assegura que apenas empresas devidamente licenciadas e aptas a cumprir as normas de vigilância sanitária participem do certame, garantindo a segurança jurídica e operacional da contratação.

Dos Certificados e Laudos

Diante do exposto e com o intuito de garantir os padrões de identidade, qualidade e armazenagem dos produtos a serem adquiridos, será exigido que o licitante apresente laudos e/ou certificados que comprovem as especificações contidas nos **Boletins Técnicos emitidos pela Chefia de Suprimento**, compatibilizados com a legislação sanitária vigente.

Os Laudos deverão ser emitidos por laboratório(s) externo(s) devidamente credenciado(s) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e/ou pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

O Certificado de Classificação deverá ser emitido por laboratório externo devidamente credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e emitido por pessoa física ou jurídica habilitada e credenciada na atividade de classificação respectiva do produto com registro ativo no Cadastro Geral de Classificação do MAPA.

É de suma importância que seja comprovada a acreditação dos laboratórios responsáveis pela emissão dos laudos, uma vez que a acreditação evidencia a competência, desempenho e capacidade de realizar as análises.

Nos laudos e nos certificados de classificação deverão constar a identificação do laboratório, identificação do licitante e/ou fabricante do produto ofertado, identificação e lote do artigo analisado, data de fabricação, data de validade, data da análise realizada a partir de 01 de janeiro de 2026 e número de matrícula com assinatura do responsável pela análise, sob pena de desclassificação.

Todas as análises deverão ser realizadas em apenas um lote do produto ofertado, sob pena de desclassificação.

Nos laudos e nos certificados de classificação deverão constar as análises dos critérios organolépticos, macroscópicos, físico-químicos, microbiológicos e dos requisitos de armazenagem, conforme boletins técnicos respectivos dos produtos ofertados.

Para os critérios organolépticos, macroscópicos e físico-químicos as análises deverão ser realizadas em no mínimo 01 (uma) unidade amostral do produto ofertado, conforme boletim técnico respectivo.

Para o critério microbiológico as análises deverão ser realizadas com base no número de unidades amostrais estabelecidas pelo boletim técnico respectivo ao produto ofertado.

Para o atendimento da análise do requisito de armazenagem(embalagem e rotulagem), o licitante poderá comprovar da seguinte forma:

- O requisito embalagem por meio de laudo, ficha técnica e/ou documento equivalente.
- O requisito rotulagem será analisado na entrega do produto ofertado durante a contratação.

As exigências estabelecidas no item “CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO” constantes no boletim técnico, serão analisadas na entrega do produto ofertado pela licitante vencedora durante a contratação.

Ressalta-se que não serão aceitos termos genéricos do tipo “CONFORME EDITAL OU TERMO DE REFERÊNCIA.

Os laudos e certificados emitidos em nome de um licitante não poderão ser utilizados por terceiros, sob pena de desclassificação.

6. Requisitos de habilitação

Na habilitação deverá ser observado o seguinte:

- a) apresentação de Atestado de Capacidade Técnica que comprove a aptidão relacionada à entrega de Gêneros Alimentícios subdividindo-os em: Gêneros Frigorificados (itens 01 ao item 22 do Termo de Referência) e Gêneros Secos (itens 23 ao 38 do Termo de Referência);
- b) em relação às quantidades dos bens, apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove o fornecimento, no período de 12 (doze) meses, de no mínimo 30% (trinta por cento) da quantidade máxima estabelecida no Termo de Referência (Anexo I);
- c) os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

O Acórdão 2.924/2019 aponta:

“É irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo licitatório.”

Em relação a qualificação técnica, o Cmdo 1ª RM passou a adotar critérios mínimos de comprovação de aptidão ao fornecimento de gêneros alimentícios, uma vez que historicamente há registros de inexecuções parciais ou totais de contratos, abertura de processos administrativos e não recebimento de bens nos mesmos termos constantes no TR para aquisições desta natureza.

A essencialidade e a complexidade da logística de suprimentos Classe I (Material de Subsistência) justificam a necessidade de comprovação de experiência mínima de fornecimento do percentual de 30% (trinta por cento), em relação a quantidade máxima de cada item. Tal exigência encontra respaldo nos dispositivos supracitados, uma vez que a empresa contratada deverá possuir estrutura logística e capacidade operacional capazes de viabilizar entregas de quantidades substanciais.

Neste diapasão, a exigência de experiência comprovada no mercado é um fator de suma importância, haja vista sensibilidade e risco envolvidos no provimento de artigos de subsistência para o efetivo das OM apoiadas no âmbito do Cmdo 1ª RM.

Sobre a qualificação econômico-financeira, esta Administração entende que, após ter realizado exame do caso concreto, é pertinente a exigência de alguns requisitos de habilitação, como por exemplo, índices de liquidez e patrimônio líquido mínimo, este último, inserindo-se na esfera discricionária da Administração.

Será exigida a certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica e o balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Além disso, será exigida demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, haja vista necessidade de avaliar de forma mais consistente a capacidade econômico-financeira dos licitantes, tendo em vista as características do objeto a ser contratado. A aquisição de gêneros alimentícios envolve fornecimento contínuo, cumprimento rigoroso de prazos de entrega, adequada capacidade logística e regularidade financeira, fatores essenciais para garantir a continuidade do abastecimento e evitar riscos de desabastecimento que possam comprometer as atividades da Administração. A análise das demonstrações contábeis de apenas um exercício pode não refletir adequadamente a estabilidade econômico-financeira da empresa, sobretudo em um mercado sensível a variações de custos, sazonalidade e oscilações econômicas. A avaliação de dois exercícios consecutivos permite verificar a evolução patrimonial, a recorrência de resultados e a sustentabilidade financeira do fornecedor, reduzindo o risco de contratação de empresas com situação financeira instável ou pontual. Tal exigência encontra respaldo no art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir balanço patrimonial e demonstrações contábeis “na forma da lei”, sem limitar a análise a apenas um exercício, desde que observados os princípios da razoabilidade.

Destaca-se que a exigência de demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais não configura restrição indevida à competitividade, uma vez que se limita a documentos regularmente exigidos pela legislação societária e fiscal, acessíveis a empresas regularmente constituídas e em funcionamento, além de ser proporcional ao risco e à relevância do objeto contratado.

Por fim, ressalta-se que não será exigida Garantia da Contratação, uma vez que será exigido, para a qualificação econômico-financeira, patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação. A não utilização do percentual máximo permitido de 10% (dez por cento) para o patrimônio líquido visa ampliar a competição e atenuar eventual impacto restritivo na participação de ME/EPP.

O percentual adotado na qualificação econômico financeira visa aferir se a empresa possui higidez econômica mínima para assumir os compromissos decorrentes de um contrato de fornecimento, conforme mencionado anteriormente.

7. Da Garantia da Contratação

Não haverá exigência de garantia da contratação, pelas razões abaixo justificadas:

- O oneroso valor da exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante.
- A exigência de garantia, pelo alto valor estimado, pode representar diminuição do universo de interessados restringindo, portanto, o caráter competitivo do certame.
- Por fim, será exigido para a qualificação econômico-financeira, patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação, na hipótese de apresentação de resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), a serem requisitados para fins de habilitação.

8. Da subcontratação

Não será permitida subcontratação.

9. Levantamento de Mercado

Foi realizado, pelo Comando da 1ª RM, um levantamento de mercado a fim de avaliar a melhor solução para o atendimento das necessidades dessa administração. O Escalão Logístico, setor responsável por tal levantamento, afirma que todos os itens a serem contratados são comumente encontrados no mercado e, dessa forma, não há restrições significativas com relação à quantidade, qualidade e competitividade entre fornecedores. Estes, devem entregar o produto conforme as especificações contidas nas descrições do tópico acima, Requisitos da Contratação.

Constatou-se que o mercado oferece os produtos almejados, em grande parte, pela revenda por meio de distribuidores e venda direta por parte de cooperativas, indústria de alimentos e agricultores familiares.

O mercado de potenciais revendedores dos produtos é bastante vasto, uma vez que se tratam de bens consumidos em larga escala por escolas, pessoas físicas e estabelecimentos comerciais.

Em complemento ao estudo, conforme o artigo 12 da Instrução Normativa SEGES no 58 de 08 AGO 2022, foram pesquisados os "ETP de outras unidades como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração" ou novas metodologias de contratação que gerem ganhos ao Órgão.

Dessa forma, foram analisados algumas contratações de entes da Administração Pública, que adquiriram bens de natureza correlata ao da contratação em tela:

Item	Pregão	Órgão / UASG
1	90006/2025;	Comando da 2ª Região Militar - UASG 160488
2	90104/2025	Grupamento de Apoio de São José dos Campos - UASG 120016.
3	90003/2025 90010/2025 90014/2025	Centro de Intendência da Marinha em Natal - UASG 783810

Verificou-se que em todos os editais das licitações mencionadas acima, há similaridade com a do objeto em comento.

Portanto, para a aquisição dos bens relacionados a este certame, não se vislumbram outras alternativas que sejam técnica e economicamente mais viável do que realizar a aquisição na modalidade de licitação "Pregão", na sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, utilizando a sistemática do Registro de Preços.

10. Descrição da solução como um todo

A equipe de planejamento da contratação observou o disposto art. 40, V, (a) da Lei no 14.133/2021, que versa sobre o Princípio da Padronização. Verificou-se o catálogo de padronização constante no PNCP, onde se identificou que os únicos itens constantes no mesmo eram: água mineral, açúcar e café. Todavia, as Organizações Militares devem seguir estritamente Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro (EB40-C-30.403), 1ª Edição. O referido catálogo tem como finalidade relacionar os gêneros de alimentação básicos que devem ser recebidos, estocados e distribuídos pela cadeia de suprimento, por intermédio dos Órgãos Provedores (OP), os quais são definidos como Quantitativo de Subsistência (QS). O material relaciona as especificações técnicas de cada gênero referente à avaliação organolépticas, macroscópica, físico-química e microbiológica, conforme Boletim Técnico (BT) compatibilizado com a legislação sanitária e requisitos logísticos.

De acordo com o Caderno de Orientações aos Agentes da Administração 7.3 - Setor de Aprovisionamento, da Secretaria de Economia e Finanças do Exército Brasileiro (SEF), 3ª ed. / 2024, dispõe em seu item 7. que:

“O Quantitativo de Subsistência (QS) é a parcela da etapa comum ou complementada de alimentação que se destina, estritamente, à aquisição de gêneros básicos de alimentação, previstos no Catálogo de Alimentos do exército Brasileiro (CAEB), aprovado pela Portaria D Abast/COLOG/C E n 158, de 2 OUT 20, e nos Boletins Técnicos dos Artigos de Subsistência, para armazenagem nos OP e posterior distribuição às OM apoiadas.”

Sendo assim, não se aplicará ao objeto em questão a utilização do catálogo de padronização constante no PNCP.

As características dos bens a serem adquiridos se enquadram nas diretrizes constantes no Boletim Técnico Quantitativo de Subsistência (BT30.416-01), 7ª Edição, do ano de 2025. Além disso, a necessidade de contratação do objeto da presente licitação fundamenta-se, consoante com os Incisos I, e V do art. 3o, do Decreto 11.462 de 2023, quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; quando for conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade.

De acordo com o item 6 – Licitação – do Boletim BT 30.416-01, os Comandos de RM/GPT devem realizar os pregões de forma centralizada, para todas as OM localizadas sob sua jurisdição. Além disso, o item 6.10 do mesmo Boletim estabelece que a modalidade de licitação prevista para aquisição do QS é o **pregão**, na forma eletrônica, não sendo admitida outra modalidade.

O objetivo é estabelecer uma Ata de Registro de Preços com itens e quantidades suficientes para o atendimento, eventual /periódico, de forma tempestiva, de demandas relativas a Quantitativo de Subsistência deste Grande Comando.

Este Grande Comando, baseado no Levantamento de Mercado realizado pelo Escalão Logístico do Cmdo 1ª RM e, principalmente, por se tratar de contratação recorrente anual para aquisição de gêneros alimentícios referentes às demandas da Guarnição Rio de Janeiro, concluiu que a melhor solução para o atendimento das necessidades desta Organização Militar é a **aquisição dos itens por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP)**, proporcionando maior flexibilidade e economicidade. O objetivo é estabelecer uma Ata de Registro de Preços (ARP) com itens e quantidades suficientes para o atendimento das necessidades de materiais supervenientes das atividades desta Unidade a serem demandadas, de forma tempestiva e oportuna, pelo Escalão Logístico.

Em determinadas situações, pode ser tecnicamente justificável e economicamente vantajoso prorrogar a vigência da ARP, inclusive com renovação dos quantitativos registrados.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 82, trata expressamente da Ata de Registro de Preços. Destacam-se os seguintes dispositivos:

- Art. 82, § 6º – Permite que a ata tenha vigência de até 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que demonstrado o atendimento ao interesse público e as vantagens da prorrogação.
- Art. 82, § 2º – Estabelece que a existência da ata não obriga a contratação, reforçando seu caráter de expectativa de direito e de flexibilidade à Administração.

Além disso, de acordo com o art. 82, § 1º, as contratações decorrentes do registro de preços observarão as disposições do instrumento convocatório, o qual pode prever, com base em estimativas atualizadas, a necessidade de recomposição dos quantitativos.

Para o caso em tela, a prorrogação da Ata de Registro de Preços, com renovação dos quantitativos, pode ser considerada conveniente e vantajosa pelos seguintes fatores:

- A demanda das OM participantes permanecerá ativa e necessária, com risco de descontinuidade do fornecimento caso não haja nova contratação imediata;
- Possibilidade do fornecedor original manter condições de fornecimento compatíveis com o mercado, sem prejuízo à economicidade;
- Possibilidade do preço registrado permanecer vantajoso, especialmente em contextos de inflação ou escassez de insumos;
- Economia de tempo e recursos administrativos, evitando o retrabalho de instrução de novo processo licitatório; e
- Previsão em edital assegurando a legalidade do ajuste dos quantitativos.

Por fim, a prorrogação da ARP com renovação dos quantitativos registrados atende ao interesse público pelas seguintes razões:

- Continuidade do fornecimento de bens essenciais, evitando desabastecimento que poderia comprometer as atividades-fim do órgão;

- Preços mantidos vantajosos, conforme pesquisa de mercado atualizada constante nos autos;
- Possibilidade da demanda institucional ser ampliada ou mantida, decorrente de aumento de efetivo, de ações humanitárias, missões operacionais ou variações sazonais.

11. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

11.1. Metodologia

As quantidades e os itens a serem adquiridos por meio do presente objeto estão descritas no Termo de Referência e foram baseadas no estudo realizado pelo corpo técnico, da Equipe de Planejamento da Contratação composto por membros do Escalão Logístico do Cmdo 1ª RM, e com base nas informações consolidadas pelo Órgão Provedor de Vinculação (1º D Sup), fornecidas por meio do DIEx nº 344-COS/1º D Sup. As quantidades apuradas pelo 1º D Sup e submetidas ao Escalão Logístico do Cmdo 1ª RM se encontram anexadas a este estudo.

A definição das quantidades mínimas e máximas dos gêneros alimentícios a serem adquiridos no âmbito do presente certame foi realizada com base em metodologia consolidada e fundamentada nos normativos internos do Exército Brasileiro, em especial nas diretrizes emanadas do Estado-Maior do Exército (EME) - Boletim do Exército nº 52, de 24 de dezembro de 2020 (NARABST) e da Chefia de Suprimento (C Sup).

A metodologia observa as diretrizes estabelecidas no Boletim Técnico do Quantitativo de Subsistência (BT QS – EB40-C-30.416), nas **Instruções Reguladoras para o Saque de Etapas, Quantitativos e Complementos (IR 30-17)**, bem como na **Lei nº 14.133/2021**, que trata da adequada estimativa da quantidade a ser contratada, garantindo planejamento, eficiência e economicidade.

11.2. Apuração da Base de Cálculo

A 1ª RM possui 117 Organizações Militares (OM) vinculadas, das quais 65 estão aptas a receber, armazenar e distribuir gêneros alimentícios. O efetivo médio arranchado é de aproximadamente 35.156 militares. Ressalta-se que o consumo das OM apoiadas, registrado no Quadro Demonstrativo de Atividades de Aprovisionamento (QDAA), é analisado pelo Órgão Provedor (OP) — 1º Depósito de Suprimento (1º D Sup) —, para fins de composição do Fator de Consumo Regional (FCR) de cada artigo e para o planejamento do provimento mensal às OM.

O levantamento das necessidades de consumo foi realizado com base em:

- registros do Sistema de Controle Físico (SISCOFIS); e
- informações consolidadas no QDAA.

O processo de planejamento seguiu os parâmetros estabelecidos no item 5 do BT QS – EB40-C-30.416, com a aplicação dos conceitos de Fator de Consumo (FC) e Fator de Consumo Regional (FCR), conforme orientações do EB40-N-30.010 – “Orientações para Execução Descentralizada de Recursos Orçamentários sob a Gestão da Chefia de Suprimento” – e das Instruções Reguladoras para o Saque de Etapas, Quantitativos e Complementos (IR 30-17).

11.3. Fatores de Consumo

Os parâmetros utilizados foram:

- **Fator de Consumo (FC):** corresponde à média mensal do consumo de cada artigo pelas OM apoiadas, considerando efetivo arranchado, tipo de refeição servida, regime de funcionamento do rancho (expediente integral ou parcial) e particularidades operacionais. O cálculo deve ser feito pelo Órgão Provedor (1º D Sup), tomando como base a média aritmética do consumo dos últimos 12 meses, de forma a refletir a realidade do consumo médio de cada item.

Total nos 12 meses: FC = 12 Consumo Total nos últimos 12 meses

- **Fator de Consumo Regional (FCR):** corresponde ao somatório de todos os FC das OM vinculadas, servindo como índice base para a composição das requisições no processo licitatório.

$$FCR = \sum_{i=1}^n FCI$$

- **Nível de Segurança (NiSeg):** quantidade de suprimento adicional necessária para garantir a continuidade das operações em caso de interrupções no fluxo logístico ou aumento eventual de consumo.
- **Prontidão Logística:** capacidade de assegurar que os gêneros da Classe I estejam disponíveis em quantidade suficiente para atender às necessidades da Força, considerando o planejamento de operações e cenários de emergência.

11.4. Fórmula de Estimativa

A consolidação dos FC de cada OM resultou no FCR, aplicado para definição da necessidade total de aquisição por item, considerando:

- 12 (doze) meses de consumo estimado, com base no histórico das OM;
- 1 (um) mês correspondente ao Nível de Segurança;
- 2 (dois) meses adicionais para garantir a Prontidão Logística.

De forma simplificada, a necessidade total corresponde a:

$(12 \times FCR) + (1 \text{ FCR NiSeg}) + (2 \text{ FCR Prontidão Logística}) = 15 \text{ meses de capacidade de suprimento}$
--

11.5. Critério de arredondamento

Considerando que as estimativas de consumo resultam de médias aritméticas e que os processos de aquisição e abastecimento se dão em unidades de fornecimento discretas (embalagens ou lotes), adota-se o **arredondamento sempre para cima**. Esse critério garante que os quantitativos consolidados não sejam inferiores à necessidade real de consumo, prevenindo desabastecimentos, reduzindo riscos logísticos e assegurando a regularidade do atendimento às OM. Tal procedimento encontra respaldo no princípio da continuidade do serviço público, previsto na Lei nº 14.133/2021.

11.6 Ajustes Específicos

O estabelecimento das quantidades finais, consideraram o planejamento de atividades operacionais, cursos previstos, reforços temporários, manutenções em guarnições isoladas e demais variáveis logísticas que impactam diretamente o consumo de gêneros alimentícios.

11.7 Critérios de Economicidade

As estimativas contemplaram ainda critérios de economicidade, observando:

- sazonalidade dos produtos;
- variação de preços ao longo do ano;
- prazos médios de validade;
- tempo de reposição dos itens.

Esses cuidados buscam assegurar o melhor aproveitamento dos créditos orçamentários disponíveis, evitando desperdícios e garantindo regularidade no fornecimento, sendo ainda, estabelecidas quantidades mínimas de aquisição, com o objetivo de não frustrar as expectativas de entrega das empresas participantes do certame licitatório.

11.8 Quantitativo estimado

Diante do exposto, as quantidades a serem adquiridas, seguem conforme abaixo. Os aspectos qualitativos estão presentes no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Carne Bovina - Contra Filé (Filé de ombo)	300.000
2	Carne Bovina - Lagarto	127.500
3	Carne Bovina - Coração da Alcatra	300.000
4	Carne Bovina - Coração da Paleta	127.500
5	Carne Bovina - Coxão Mole	225.000
6	Carne Bovina - Patinho	195.000
7	Carne de Ave - Coxa com Sobrecoxa	387.000
8	Carne de Ave -Filé de Peito de Frango	600.000
9	Peixe - Filé de Merluza	30.000
10	Peixe - Filé de Tilápia	60.000
11	Carne Suína sem Osso - Lombo Suíno	88.500
12	Açúcar Refinado Embalagem 5 kg	53.400
13	Arroz Polido - tipo I Embalagem 5 kg	128.100
14	Café Torrado e Moído Embalagem 500 g	246.000
15	Feijão Preto - tipo I	454.500
16	Leite em Pó Integral	316.500
17	Macarrão - Tipo espaguete Embalagem 500 g	462.000
18	Margarina Embalagem 3,0 kg	42.000
19	Óleo de Soja Refinado Embalagem 900 ml	160.000

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Há correlação desta contratação com o processo de aquisições de alimentos da Agricultura Familiar, a ser realizado no corrente exercício por meio da Plataforma Contrata Mais Brasil, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, conforme § 1º, do art. 2º da Resolução nº 25 de 06 de novembro de 2025.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação visa atender demanda específica prevista no Plano de Contratações Anual (PCA 2026) deste Grande Comando e se enquadra no seguinte Objetivo Organizacional do Cmdo 1ª RM e OMDS (2024/2027): Objetivo Organizacional OO-01 - Aprimorar a capacidade de apoio operacional no âmbito da 1ª RM; Estratégia 1RM-001-FCS007 - Nível de disponibilidade de recursos logísticos.

14. Observância da Lei Complementar 123/2006

Tendo em vista que, para todos os itens, o valor de contratação excede o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação será dividida em itens de ampla concorrência, sendo concedida a cota reservada para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Os itens a serem adquiridos se caracterizam em bens divisíveis, uma vez que podem ser adquiridos separadamente, sem prejuízo do resultado ou da qualidade final do produto. Portanto, visando privilegiar o estabelecido no art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, será concedida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Com base no histórico dos últimos processos licitatórios do objeto em tela, microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) poderão, em tese, fornecer a quantidade total da cota reservada. Sendo assim, esta Administração, estipulou o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) como sendo a cota para a contratação de ME/EPP.

15. Justificativa da adoção do SRP

A necessidade de aquisição dos produtos da presente licitação encontra fundamento nos incisos I e V, do art 3º, do Decreto 11.462, de 2023, por haver necessidade de contratações frequentes pela Administração e, em decorrência da natureza do objeto, não ser possível definir exatamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, respectivamente.

A adoção do SRP permitirá que as aquisições sejam realizadas em etapas, permitindo que a Contratante adquira os alimentos por demanda, tirando o máximo proveito dos itens contratados e proporcionando maior economia ao erário público, possibilitando o pagamento preciso da quantidade demandada, e ainda, a percepção exata da demanda por gêneros alimentícios.

16. Observância do Decreto nº 10.193/2019

Nos termos do art. 2º da Portaria ME nº 7.828 de 30 de agosto de 2022, considerando a natureza da atividade a ser contratada, a aquisição dos itens relacionados ao objeto em questão não é considerada uma atividade de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019.

17. Modalidade, Julgamento e Modo de Disputa

Compreende-se que o enquadramento legal do procedimento de contratação se dará na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos do art. 29, da Lei 14.133/2021, por seguir rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da mesma Lei, adotando-se tal modalidade sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Ao prever, na parte final do caput do art. 56, a possibilidade de combinação dos dois modos de disputa, a Lei nº 14.133/2021 admite, por conseguinte, a estruturação de mais dois modos “combinados” de disputa: o “aberto e fechado” e o “fechado e aberto”.

Diante do potencial de otimização das vantagens para a Administração decorrente da realização de uma fase de lances para os critérios de julgamento baseados no menor dispêndio para a Administração, o §1º do art. 56 da Lei nº 14.133/2021 expressamente consigna que “a utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto”. Ou seja, quando utilizados os critérios “menor preço” ou “maior desconto”, será possível a opção pelos modos “aberto”, “aberto e fechado” e “fechado e aberto”.

A combinação entre as etapas “aberta” e “fechada” potencializa o incentivo de revelação da melhor valoração subjetiva acerca do objeto por parte dos concorrentes e o fato de haver a delimitação máxima de tempo de duração da disputa (no máximo, 30 minutos) reduz os custos de transação para a Administração.

Adicionalmente, viabiliza a composição de preços dos licitantes subsequentes mais próxima da real valoração subjetiva do proponente, posto que não influenciado pelo conhecimento das demais propostas.

O julgamento das propostas será realizado de acordo com o critério de menor preço, com fundamento nos art. 33 e 34 da Lei 14.133/2021.

Sendo assim, com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei no 14.133, de 2021 e na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, os fornecedores serão selecionados por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO e modo de disputa ABERTO / FECHADO.

18. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 112.927.357,00

O custo estimado da contratação é de **R\$ 112.927.357,00 (Cento e doze milhões novecentos e vinte e sete mil trezentos e cinquenta e sete reais)**.

19. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os itens desse processo licitatório serão cotados individualmente, por parcelamento, visando a ampliação da competitividade e o ganho de economia de escala.

Sob o respaldo do dispositivo legal expresso nos Inc. II e III, § 2o, do art. 40, da lei 14.133/21 “Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados: o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado).

20. Condições de aquisição e pagamento

Conforme disposto no art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e no art. 20, inciso II, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, a Administração Pública deve buscar, sempre que possível, condições de aquisição e pagamento compatíveis com aquelas praticadas no setor privado, respeitando os princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade para o interesse público.

Contudo, no âmbito do Exército Brasileiro, aplicam-se condições operacionais específicas, especialmente no que tange à aquisição de gêneros alimentícios destinados ao abastecimento do Quantitativo de Subsistência (QS). Após a entrega dos produtos, os Órgãos Provedores (OP) devem submeter amostras dos alimentos ao processo de inspeção e análise laboratorial conduzido pelo Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB), conforme estabelecido pelas Instruções Reguladoras para Inspeção de Alimentos e Bromatologia (EB20-MC-10.214), em observância às normas de segurança alimentar e controle de qualidade sanitária.

Essas análises laboratoriais envolvem exames microbiológicos, físico-químicos e sensoriais, cuja duração pode variar de acordo com a natureza e complexidade do gênero alimentício avaliado. Tal procedimento, indispensável para aferição da conformidade do produto com os Boletins Técnicos emitidos pela Chefia de Suprimento, pode impactar diretamente nos prazos administrativos subsequentes, notadamente na emissão do atesto de conformidade e na instrução do processo de liquidação da despesa.

Dessa forma, embora a IN SEGES nº 77/2022 recomende o pagamento em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação, cumpre destacar que, no caso específico desta Administração Militar, o prazo de pagamento estará condicionado à finalização dos exames técnicos e emissão do respectivo laudo pelo LIAB, condição imprescindível à liberação da Nota Fiscal para liquidação. Tal prática visa preservar a segurança alimentar da tropa e o adequado cumprimento do princípio da legalidade no uso dos recursos públicos.

Portanto, o prazo de pagamento previsto neste certame deverá ser compreendido como variável, dependendo da conclusão do processo de análise e do procedimento para liquidação, conforme a legislação aplicável e os procedimentos internos do Exército Brasileiro.

21. Não divulgação da IRP para Participação

Conforme Diretriz Logística do Cmdo 1ª Região Militar, aquisições centralizadas como gêneros alimentícios, são distribuídas às Organizações Militares por intermédio do Órgão Provedor de Classe I.

Em cumprimento ao disposto no art. 99, § 1º, do Decreto nº 11.462/2023, este Grande Comando na situação de único contratante, dispensará a divulgação de IRP no SRP Digital e no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP. Tal medida, justifica-se pelo fato do presente certame ter como objetivo a compra centralizada, em volume substancial, destinada ao Órgão Provedor do Exército Brasileiro que é responsável por suprir Organizações Militares da Guarnição com os bens a serem adquiridos.

Diante do exposto, a IRP em questão não será divulgada para participação.

22. Da previsão de possibilidade de adesão

O objeto deste certame trata-se de material de vital importância para o andamento das atividades das tropas empregadas em todo território nacional.

Para esta Administração, as vantagens que levaram a esta decisão no Pregão em tela referem-se à redução de custos operacionais, maior economia e maior celeridade na contratação. Nesta toada, as organizações militares, assim como demais órgãos e entidades que necessitem adquirir gêneros alimentícios, objeto do certame em questão, reduzirão os custos operacionais por não haver a necessidade de constante realização de processos licitatórios.

Quanto à celeridade, informo que trata-se de atributo inerente ao abastecimento dos entes, visto a oscilação de preços no mercado que acarreta em atrasos ou a não entrega dos gêneros alimentícios. Corroborando, ainda, para a celeridade da contratação, as características dos itens de Classe I em questão são reguladas por Especificações Técnicas publicadas pela Chefia de Suprimentos (C Sup), sendo comuns a todas as Organizações Militares do Exército Brasileiro.

Na hipótese de contingência ou problemas na execução da licitação por parte de Regiões Militares, é autorizada, em caráter excepcional, a aquisição como UG Não-Participante (“Carona”), conforme item 6.5 do Boletim Técnico 30.416-1.

Isto posto, este Órgão decidiu manter a possibilidade de adesão ao presente certame por órgãos não participantes, nos termos do art. 31, do Decreto no 11.462, de 2023.

23. Vedação a participação de consórcios

Nos termos do art. 15, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, admite-se a restrição à participação de empresas reunidas em consórcio, desde que tecnicamente justificada no processo licitatório.

No caso da presente contratação, que trata da aquisição de gêneros alimentícios para o atendimento das Organizações Militares da Guarnição do estado do Rio de Janeiro, a vedação à participação de consórcios encontra fundamento técnico, logístico e jurídico, conforme os seguintes elementos:

a) Natureza comum e ampla oferta no mercado: Os itens licitados (gêneros alimentícios) são bens de natureza comum e amplamente disponíveis no mercado, sendo ofertados por fornecedores individualmente capazes de atender aos volumes e exigências do certame, não havendo, portanto, justificativa técnica para a formação de consórcios.

b) Exigência de uniformidade e rastreabilidade: A contratação exige o cumprimento de padrões de qualidade, rotulagem, validade, acondicionamento e conservação dos alimentos. A atuação consorciada pode dificultar o controle da origem, comprometendo a rastreabilidade e a fiscalização contratual.

c) Complexidade logística da entrega fracionada e contínua: Os produtos devem ser entregues em prazos curtos, em diferentes unidades militares, exigindo capacidade logística consolidada, com responsabilidade unificada. A divisão de obrigações em consórcio pode gerar entraves operacionais e impactar negativamente a execução contratual.

d) Riscos à responsabilização contratual: A eventual divisão de obrigações entre empresas consorciadas pode dificultar a aplicação de sanções e a responsabilização objetiva em caso de inexecução, contrariando os princípios da eficiência e da segurança jurídica.

e) Preservação da competitividade: O mercado atual demonstra ser suficientemente competitivo com fornecedores individuais. A vedação a consórcios não compromete a concorrência nem reduz a competitividade do certame, ao passo que contribui para a adequada execução da contratação.

Dessa forma, a restrição à participação de licitantes em consórcio está tecnicamente justificada, com respaldo legal no art. 15, inciso II da Lei nº 14.133/2021, além de estar alinhada aos princípios da eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, que orientam as contratações públicas.

24. Providências a serem Adotadas

As contratações pretendidas tem por finalidade somente a aquisição de material - Gêneros Alimentícios. Portanto, não há quaisquer providências a serem adotadas no tocante ao treinamento de funcionários. A gestão contratual ficará a cargo do Escalão Logístico do Comando da 1ª Região Militar.

Em termos de espaço físico, não haverá necessidade de adequação, uma vez que o 1º Depósito de Suprimentos dispõe de espaços adequados.

25. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O processo, após concluído, terá uma Ata de Registro de Preços com os itens que, segundo o levantamento de necessidades, atenderão a demandas relativas ao Quantitativo de Subsistência. Essa Ata, gerada pelo Sistema de Registro de Preços, tem, dentre outras vantagens, o "congelamento" de preços pelo período de 01 (um) ano. Espera-se também com esta contratação os seguintes benefícios:

- Atender às necessidades dos Serviços de Aprovisionamento em Quantitativo de Subsistência - QS, destinado à alimentação do efetivo das Organizações Militares vinculadas à 1ª Região Militar; e
- Obter proposta de preços de Quantitativo de Subsistência - QS mais vantajosa para a Administração dessas Organizações Militares, e contribuir para uma melhor gestão dos recursos públicos.

26. Possíveis Impactos Ambientais

Sempre que aplicável, os materiais a serem fornecidos deverão atender às diretrizes dos órgãos regulamentadores, tais como ABNT, INMETRO e ANVISA, dentre outros.

A empresa contratada deverá comprovar que o(s) bem(ns) atende(m) aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável:

a) Para os itens cujas atividades de fabricação ou industrialização estejam enquadradas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15/03/2013, com exceção dos itens hortifrutigranjeiros (in natura), só será admitida a comprovação dos critérios de sustentabilidade por meio da apresentação do Certificado de Regularidade (CR) do fabricante/indústria no Cadastro Técnico Federal (CTF).

b) Caso o Comerciante seja dispensado do registro CTF/IBAMA sobre os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

Ademais, quaisquer possibilidades de impactos ambientais é de inteira responsabilidade da(s) contratada(s).

27. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente
LUANA DA SILVA PIMENTEL
Data: 06/05/2026 12:12:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUANA DA SILVA PIMENTEL

Adjunto da Seção de Suprimentos de Operações Classe I - Integrante Técnico

ANANIAS AUGUSTO DE ANDRADE

Adjunto SALC - Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 11:38:58.

28. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

28.1. Justificativa da Viabilidade

Após estudo realizado, conclui-se que a solução encontrada atende, satisfatoriamente, às necessidades apresentadas pelo setor requisitante.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - FCR SISCOFIS.pdf (277.57 KB)